

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	37
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	39
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	64.383.093
Preferenciais	64.383.093
Total	128.766.186
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	711.469	875.294
1.01	Ativo Circulante	319.391	258.040
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.849	17.531
1.01.02	Aplicações Financeiras	181.702	79.211
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	181.702	79.211
1.01.03	Contas a Receber	68.148	83.507
1.01.03.01	Clientes	68.148	83.507
1.01.03.01.01	Contas a Receber	67.718	83.001
1.01.03.01.02	Contas a Receber Partes Relacionadas	430	506
1.01.06	Tributos a Recuperar	42.533	33.477
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.809	5.189
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	18.350	39.125
1.01.08.03	Outros	18.350	39.125
1.01.08.03.01	Contas a Receber - Operações com Derivativos	17.962	38.656
1.01.08.03.04	Adiantamento a Fornecedores	103	412
1.01.08.03.20	Outros Créditos	285	57
1.02	Ativo Não Circulante	392.078	617.254
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.827	12.848
1.02.01.07	Tributos Diferidos	8.373	12.441
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	43
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	454	364
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	454	364
1.02.03	Imobilizado	25.458	34.777
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	19.699	32.428
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	5.759	2.349
1.02.04	Intangível	357.793	569.629
1.02.04.01	Intangíveis	357.793	569.629
1.02.04.01.02	Intangível	303.108	475.115
1.02.04.01.03	Intangível em Construção	54.685	94.514

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	711.469	875.294
2.01	Passivo Circulante	238.205	375.545
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.900	6.027
2.01.01.01	Obrigações Sociais	787	530
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.113	5.497
2.01.02	Fornecedores	12.362	14.672
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.334	14.588
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	28	84
2.01.03	Obrigações Fiscais	22.146	22.077
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.258	9.279
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	15.258	9.279
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.888	12.798
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	6.888	11.836
2.01.03.03.02	ISS Parcelado	0	962
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	87.515	178.081
2.01.04.02	Debêntures	87.515	178.081
2.01.05	Outras Obrigações	54.778	48.839
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	46.813	40.169
2.01.05.02	Outros	7.965	8.670
2.01.05.02.05	Outras Obrigações com o Poder Concedente	3.039	1.520
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	4.926	7.150
2.01.06	Provisões	55.504	105.849
2.01.06.02	Outras Provisões	55.504	105.849
2.01.06.02.04	Provisão de manutenção	39.873	61.219
2.01.06.02.05	Provisão de ISS	15.631	44.630
2.02	Passivo Não Circulante	20.150	10.525
2.02.02	Outras Obrigações	414	414
2.02.02.02	Outros	414	414
2.02.02.02.03	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	414	414
2.02.04	Provisões	19.736	10.111
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	19.736	3.866
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	14.392	413
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	993	555
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.351	2.898
2.02.04.02	Outras Provisões	0	6.245
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	0	6.245
2.03	Patrimônio Líquido	453.114	489.224
2.03.01	Capital Social Realizado	432.700	421.692
2.03.04	Reservas de Lucros	20.096	67.532
2.03.04.01	Reserva Legal	0	10.525
2.03.04.02	Reserva Estatutária	13.887	13.887
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	6.209	43.120
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	318	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	231.676	551.337	335.124	673.119
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-265.931	-504.354	-236.347	-468.433
3.02.01	Custo de Construção	-1.399	-2.525	-15.906	-35.379
3.02.02	Provisão de Manutenção	-2.837	-5.529	-11.591	-22.571
3.02.03	Depreciação e Amortização	-115.531	-226.054	-96.851	-189.133
3.02.04	Custos com Obrigações Poder Concedente	-2.900	-10.598	-5.616	-11.411
3.02.05	Serviços	-136.811	-250.651	-101.761	-200.582
3.02.06	Custos com Pessoal	-3.218	-5.757	-1.682	-3.730
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-306	-715	-896	-1.424
3.02.08	Outros	-2.929	-2.525	-2.044	-4.203
3.03	Resultado Bruto	-34.255	46.983	98.777	204.686
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-19.973	-33.935	-18.838	-37.700
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.394	-34.974	-20.440	-40.433
3.04.02.01	Serviços	-12.817	-25.881	-14.136	-26.777
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-2.139	-4.134	-1.923	-3.866
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-1.639	-3.920	-1.952	-4.659
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-188	-643	-207	-683
3.04.02.05	Campanhas e Eventos Promocionais	-711	-1.105	-1.688	-2.400
3.04.02.06	Provisão para riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	-15.044	-15.870	-1.398	6.907
3.04.02.07	Lei Rouanet	0	0	-281	-281
3.04.02.08	Água, Luz, Telefone, Internet e Gás	-177	-448	-293	-570
3.04.02.09	Contribuições a Sindicatos e Associações de Classe	-184	-463	-158	-690
3.04.02.10	Aluguéis de Imóveis e Condomínios	-10	-20	-10	-19
3.04.02.11	Gastos com Viagens e Estadias	-2	-20	-43	-67
3.04.02.12	Outros	-698	-1.975	-65	-55
3.04.02.13	Provisão para Perda Esperada - Contas a receber	-17	359	-28	-35
3.04.02.14	Ressarcimento ao Usuário	-902	-3.681	1.554	-4.413

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.04.02.15	Impostos, Taxas e Despesas com Cartório	14.136	22.830	-311	-3.371
3.04.02.16	Despesas, Provisões e Multas Indedutíveis	-2	-3	499	546
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	421	1.043	1.652	2.783
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-4	-50	-50
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-54.228	13.048	79.939	166.986
3.06	Resultado Financeiro	232	-8.662	-4.168	-13.007
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-53.996	4.386	75.771	153.979
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	16.005	-4.068	-25.322	-52.282
3.08.01	Corrente	10.355	0	-24.469	-43.512
3.08.02	Diferido	5.650	-4.068	-853	-8.770
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-37.991	318	50.449	101.697
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-37.991	318	50.449	101.697
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,29357	0,00246	0,38984	0,78585
3.99.01.02	PN	-0,29651	0,00248	0,39374	0,79371
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,29357	0,00246	0,38984	0,78585
3.99.02.02	PN	-0,29651	0,00248	0,39374	0,79371

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-37.991	318	50.449	101.697
4.03	Resultado Abrangente do Período	-37.991	318	50.449	101.697

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2020 à 30/06/2020	01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	207.076	259.356
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	233.132	342.882
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	318	101.697
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.068	8.770
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	230.188	192.999
6.01.01.04	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	4	547
6.01.01.05	Juros e Variação monetária sobre Debêntures	5.906	18.755
6.01.01.06	Capitalização de Custo de Empréstimos	-1.567	-3.744
6.01.01.07	Resultado de Operações com Derivativos (fair value hedge)	-3.858	-9.341
6.01.01.10	Provisão para perda Esperada - Contas a Receber	-359	35
6.01.01.11	Constituição e Reversão de Provisão para riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	19.807	1.144
6.01.01.12	Juros Sobre Cessão Onerosa com Partes Relacionadas	0	473
6.01.01.13	Constituição da Provisão de Manutenção	5.529	22.571
6.01.01.14	Ajustes a Valor Presente Provisão de Manutenção	1.686	8.462
6.01.01.17	Atualização Monetária sobre riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	406	523
6.01.01.18	Variações Cambiais sobre Fornecedores Estrangeiros	3	-9
6.01.01.19	Reversão da Provisão de ISS	-28.999	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-26.056	-83.526
6.01.02.01	Contas a Receber	15.642	8.448
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	119	180
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-9.056	-2.051
6.01.02.04	Despesas Antecipadas e Outras	2.062	-2.281
6.01.02.05	Adiantamento a Fornecedores	309	-2.295
6.01.02.06	Fornecedores	-2.253	198
6.01.02.08	Fornecedores - Partes Relacionadas	7.033	306
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-127	44
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher e Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	13.952	39.063
6.01.02.11	Pagamentos com Imposto de Renda e Contribuição Social	-13.883	-36.936
6.01.02.12	Realização da Provisão de Manutenção	-34.806	-72.650
6.01.02.13	Outras Contas a Pagar	-705	-6.505
6.01.02.14	Pagamento de Provisão para riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	-4.343	-8.574
6.01.02.20	Cessão Onerosa - Pagamento de juros	0	-473
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-110.410	-117.066
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-4.790	-3.706
6.02.02	Adições ao Ativo Intangível	-3.129	-34.382
6.02.03	Aplicações Financeiras Líquidas de Resgate	-102.491	-78.978
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-108.348	-149.559
6.03.01	Dividendos Pagos	-36.428	-9.442
6.03.02	Recebimento de Operações com Derivativos	19.629	16.261
6.03.06	Debêntures - Pagamento de Principal	-86.160	-143.405
6.03.07	Debêntures - Pagamento de Juros	-5.389	-12.973
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-11.682	-7.269

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	17.531	21.196
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.849	13.927

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	421.692	0	67.532	0	0	489.224
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	421.692	0	67.532	0	0	489.224
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-36.428	0	0	-36.428
5.04.06	Dividendos	0	0	-36.428	0	0	-36.428
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	318	0	318
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	318	0	318
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	11.008	0	-11.008	0	0	0
5.06.06	Aumento de Capital	11.008	0	-11.008	0	0	0
5.07	Saldos Finais	432.700	0	20.096	318	0	453.114

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	399.910	0	62.328	0	0	462.238
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	399.910	0	62.328	0	0	462.238
5.04	Transações de Capital com os Sócios	21.782	0	-31.224	0	0	-9.442
5.04.01	Aumentos de Capital	21.782	0	-21.782	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-9.442	0	0	-9.442
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	101.697	0	101.697
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	101.697	0	101.697
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	421.692	0	31.104	101.697	0	554.493

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	605.523	737.706
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	603.597	733.997
7.01.02	Outras Receitas	1.567	3.744
7.01.02.01	Juros Capitalizados	1.567	3.744
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	359	-35
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-298.053	-304.139
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-263.232	-214.684
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26.767	-31.505
7.02.04	Outros	-8.054	-57.950
7.02.04.01	Custos de Construção	-2.525	-35.379
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-5.529	-22.571
7.03	Valor Adicionado Bruto	307.470	433.567
7.04	Retenções	-230.188	-192.999
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-230.188	-192.999
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	77.282	240.568
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	35.681	78.546
7.06.02	Receitas Financeiras	35.681	78.546
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	112.963	319.114
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	112.963	319.114
7.08.01	Pessoal	8.787	7.382
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.316	5.618
7.08.01.02	Benefícios	1.142	1.292
7.08.01.03	F.G.T.S.	262	317
7.08.01.04	Outros	67	155
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	57.723	114.637
7.08.02.01	Federais	27.103	79.124
7.08.02.02	Estaduais	336	381
7.08.02.03	Municipais	30.284	35.132
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	46.135	95.398
7.08.03.01	Juros	45.840	95.166
7.08.03.02	Aluguéis	295	232
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	318	101.697
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	318	101.697

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL NOVADUTRA

Abril a Junho/2020

A NovaDutra (“CCR NovaDutra” ou “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente, 100% do capital social da Companhia.

As demonstrações financeiras intermediárias abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (“IASB”), especificamente, o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 2T19.

1.1 - Principais destaques

- A receita líquida operacional foi de R\$ 230,3 milhões (-27,9%);
- O EBIT ajustado foi de -R\$ 54,2 milhões (-167,8%) e a margem EBIT ajustada foi de -23,5% (-48,5 p.p.);
- O EBITDA ajustado foi de R\$ 66,3 milhões (-65,2%) e a margem EBITDA ajustada foi de 28,8% (-30,8 p.p.);
- O lucro líquido foi de -R\$ 38,0 milhões (-175,3%).

Indicadores [R\$ MM]	2ºT20	2ºT19	%
Receita Líquida Operacional*	230,3	319,2	-27,9%
EBIT (ajustado)	-54,2	79,9	-167,8%
Margem EBIT (Ajustada)	-23,5%	25,0%	-48,5 p.p.
EBITDA (ajustado)	66,3	190,3	-65,2%
Margem EBITDA (Ajustada)	28,8%	59,6%	-30,8 p.p.
Lucro Líquido	-38,0	50,4	-175,3%

*Receita líquida operacional é a soma da receita de pedágio, receita acessória e deduções da receita, não englobando as receitas de construção.

1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq¹)

Em unidades	2ºT20	2ºT19	Var. %
Veículos Equivalentes	22.640.260	31.408.795	-27,92%
Veículos Leves (Eq)	6.161.928	10.948.470	-43,72%
Veículos Pesados (Eq)	16.478.332	20.460.325	-19,46%

(Veq¹) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Tráfego consolidado (-27,92%) - (Veq¹)

Nosso tráfego consolidado apresentou uma redução de 27,92% no 2T20 sobre o mesmo período de 2019, devido, principalmente, aos reflexos do isolamento social causado pela pandemia do COVID-19.

Comentário do Desempenho

O índice ABCR para veículos comerciais apresentou redução em São Paulo e redução no Rio de Janeiro, conforme apresentado nos itens abaixo.

Veículos de passeio (-43,72%) - (Veq¹)

A categoria apresentou uma redução de 43,72% no 2T20 em comparação ao mesmo período do ano anterior. Isso deve-se principalmente, aos reflexos do isolamento social causado pela pandemia do COVID-19.

O índice ABCR Brasil de veículos de passeio no 2T20 em relação a 2019 apresentou uma redução de 40,6%, sendo que em São Paulo a redução foi de 43,0% e no Rio de Janeiro de 39,9%.

Veículos comerciais (-19,46%) - (Veq¹)

A categoria apresentou redução de 19,46% no 2T20 em comparação ao mesmo período do ano anterior. A redução foi causada pelos reflexos do isolamento social causado pela pandemia do COVID-19.

O índice ABCR Brasil de veículos comerciais no 2T20 em relação a 2019 teve uma redução de 12,1%, sendo que em São Paulo a redução foi de 13,2% e no Rio de Janeiro de 24,2%.

1.3 – Revisão e reajustes de tarifas de pedágio

Quando comparado o valor da tarifa básica de pedágio do segundo trimestre de 2020 com igual período do ano anterior, verifica-se que não houve revisão até o término do trimestre, mantendo-se a TBP (Tarifa Básica de Pedágio) da NovaDutra em R\$ 15,20 (vigente desde 03 de agosto de 2018).

Em 19 de dezembro de 2019 a Companhia informou ao mercado, através de publicação no site da CVM, que a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT decidiu, no âmbito do Processo Administrativo nº 50500.307070/2019-41, determinar a redução, em 5,26%, da tarifa básica de pedágio de todas as praças compreendidas na BR-116/RJ/SP, objeto de Contrato de Concessão n.º PG-137/95-00 celebrado entre a União e a Companhia.

Adicionalmente, diante dos fatos apresentados, a Companhia informou que adotaria as medidas legais cabíveis visando a reversão desta deliberação.

Em 23 de dezembro de 2019 a Companhia informou ao mercado que, em complemento ao fato relevante divulgado em 19 de dezembro de 2019, foi proferida decisão, em 22 de dezembro de 2019, no âmbito de Mandado de Segurança impetrado perante a Justiça Federal de Brasília suspendendo a deliberação nº 1.093, de 19 de dezembro de 2019, da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no Processo Administrativo nº 50500.307070/2019-41, que havia determinado a redução em 5,26% da tarifa básica de pedágio de todas as praças compreendidas na BR-116/RJ/SP, objeto de Contrato de Concessão nº PG-137/95-00 celebrado entre a União e a Companhia.

Em 07 de fevereiro de 2020 uma nova liminar afastou a eficácia da deliberação da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT que determinava a redução da tarifa de pedágio em 5,26% a partir de 08 de fevereiro de 2020. Em 26 de maio de 2020, as contestações da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e da União foram juntadas aos autos e na mesma data a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT interpôs recurso de agravo de instrumento em face da decisão que deferiu a tutela de urgência. Em 04 de junho 2020, o recurso foi recebido sem efeito suspensivo e foi determinada a intimação da NovaDutra para apresentação de contraminuta. Em 30 de junho 2020, foi apresentada contraminuta ao Agravo de Instrumento. Em 01 de julho 2020, aguarda-se a apresentação de réplica nos autos principais.

O Mandado de Segurança tem por objetivo assegurar a observância dos procedimentos legalmente previstos para a realização de revisões tarifárias.

As publicações poderão ser consultadas através do site: <http://www.novadutra.com.br/ri>.

Comentário do Desempenho

1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita Bruta [R\$ mil]	2ºT20	2ºT19	Var. %
Receita de Pedágio	245.752	342.383	-28,2%
Receitas Acessórias/Outras	6.442	7.288	-11,6%
Receita de Construção	1.399	15.906	-91,2%
Receita Bruta Total	253.593	365.577	-30,6%

Receitas acessórias: Na comparação com o 2T19 houve redução de -11,6%, devido à postergação para jul/20 da contabilização do contrato de fibra óptica (ocupação de faixa de domínio) com a Telefônica.

Receita de construção: Para 2020, devido à proximidade do fim da Concessão, temos poucas obras de *upgrade* previstas (apenas algumas obras de segurança já contratadas).

Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 2T20 (conforme demonstrado no quadro do item 1.1) apresentou redução de 27,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelo fato de o tráfego ter sido sensivelmente impactado após as medidas de isolamento social, impostas para conter a pandemia do COVID-19. Além disso, o processo de reajuste tarifário de 2019 ainda não foi concluído, permanecendo a mesma tarifa desde 03 de agosto de 2018.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de aproximadamente 8,65% sobre a receita operacional bruta, reduziram 28,0% no 2T20, em relação ao 2T19, totalizando o valor de R\$ 21,9 milhões.

Custos e despesas totais

Indicadores [R\$ MM]	2ºT20	2ºT19	%
Custo de construção	1.399	15.906	-91,2%
Provisão de manutenção	2.837	11.591	-75,5%
Depreciação e amortização	117.670	98.774	19,1%
Custos contratuais	6.218	5.616	10,7%
Serviços de terceiros	149.628	115.897	29,1%
Gastos com pessoal	4.857	3.634	33,7%
Materiais e gastos gerais	3.295	3.767	-12,5%
Custos e despesas totais	285.904	255.185	12,0%

Os custos e as despesas totais ficaram 12,0% ou R\$ 30,7 milhões acima no 2T20 em relação ao 2T19. Se considerarmos apenas os gastos operacionais (custos contratuais, serviços de terceiros, gastos com pessoal, materiais e gastos gerais), houve um aumento de R\$ 35,1 milhões ou 27,2%. Abaixo, maiores detalhes.

Custo de construção: Os custos de construção diminuíram R\$ 14,5 milhões no 2T20. O valor é contrapartida da receita de construção, anulando-se entre si. A principal variação que explica a redução, foi apresentada no item “Receita de Construção”.

Comentário do Desempenho

Provisão de manutenção: A redução de 75,5% no 2T20 em relação ao 2T19, se deu devido à reavaliação detalhada do escopo de manutenção do pavimento, tendo em vista a proximidade do encerramento do Contrato de Concessão, em fev/21.

Depreciação e amortização: O aumento de 19,1% se deve à amortização do maior volume de investimentos incorridos pela Companhia que foram entregues no 2T20 na comparação com o 2T19 e devido à proximidade do fim do Contrato de Concessão, em fev/21.

Custos contratuais: Referem-se à verba contratual de Fiscalização (paga à ANTT) e à verba destinada ao reaparelhamento da Polícia Rodoviária Federal. Além disso, fazem parte todos os seguros previstos no Contrato de Concessão, dentre os quais o do patrimônio existente (*all risks*), o das novas obras (riscos de engenharia), bem como responsabilidade civil e seguro garantia. Os gastos no 2T20 ficaram 10,7% acima do 2T19, por conta do reajuste inflacionário da Verba de Fiscalização, além da contabilização da franquia referente ao sinistro da obra de recuperação do terrapleno do km 234+900 RJ, aberto em 2018 e executado nos anos de 2018 e 2019 no valor de R\$ 500 mil.

Serviços de terceiros: Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos, sendo este último, referente aos valores envolvidos na conservação especial da rodovia, tais como estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. Tivemos um aumento de 29,1% entre os trimestres analisados, devido à mudança de escopo contratual no serviço de operação, manutenção e conservação da rodovia, ocorrida em março de 2020, além da reposição inflacionária entre os períodos analisados.

Gastos com pessoal: Os valores do 2T20 ficaram 33,7% acima, em relação ao 2T19, principalmente em função da contabilização da provisão de desmobilização de pessoal a partir de mar/20 (1/12 por mês) por conta do fim do Contrato de Concessão em fev/21 (1 ano antes). Além disso, houve pagamento acima do provisionado na participação dos lucros e resultados (PLR) em 2020.

Materiais e gastos gerais: A redução de -12,5% do 2T20 em comparação com o 2T19, se deve aos reflexos do isolamento social causado pela pandemia do COVID-19, como por exemplo, o trabalho em *Home Office*, o redimensionamento na utilização de estoque de materiais, gastos relacionados a receita, entre outros.

EBITDA E EBIT

Reconciliação EBITDA (R\$ mil)	2ºT20	2ºT19	Var.%
Lucro Líquido	- 37.991	50.449	-175,3%
(+) IR/CS	- 16.005	25.322	-163,2%
(+) Resultado Financeiro	- 232	4.168	-105,6%
(+) Depreciação e Amortização	117.670	98.774	19,1%
EBITDA (a)	63.442	178.713	-64,5%
<i>Margem EBITDA (a)</i>	<i>27,4%</i>	<i>53,3%</i>	<i>-25,9 p.p.</i>
(+) Provisão de Manutenção (b)	2.837	11.591	-75,5%
EBITDA ajustado	66.279	190.304	-65,2%
<i>Margem EBITDA ajustada (c)</i>	<i>28,8%</i>	<i>59,6%</i>	<i>-30,8 p.p.</i>

Comentário do Desempenho

Reconciliação EBIT (R\$ mil)	2ºT20	2ºT19	Var. %
Lucro Líquido	- 37.991	50.449	-175,3%
(+) IR/CS	- 16.005	25.322	-163,2%
(+) Resultado Financeiro	- 232	4.168	-105,6%
EBIT (a)	- 54.228	79.939	-167,8%
<i>Margem EBIT (a)</i>	<i>-23,4%</i>	<i>23,9%</i>	<i>-47,3 p.p.</i>
Margem EBIT ajustada (c)	-23,5%	25,0%	-48,5 p.p.

- (a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM nº. 527/2012;
- (b) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada, pois se trata de item não caixa das demonstrações financeiras;
- (c) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Resultado Financeiro

	2ºT20	2ºT19	Var. %
Despesas financeiras	23.365	15.054	55,2%
Juros e variações monetárias	1.514	9.173	-83,5%
Perdas com operações de derivativos e <i>Fair Value Hedge</i>	21.338	3.500	509,7%
Outras despesas financeiras	513	2.381	-78,5%
Receitas financeiras	23.597	10.886	116,8%
Rendimento sobre aplicações	1.062	2.561	-58,5%
Ganhos com operações de derivativos e <i>Fair Value Hedge</i>	21.351	7.962	168,2%
Variação Monetária	861	282	205,3%
Outras receitas financeiras	323	81	298,8%
Resultado financeiro líquido	- 232	4.168	-105,6%

O valor referente às operações de derivativos tem como objetivo a proteção dos juros (IPCA) das debêntures emitidas em 2015, no valor de R\$610.000.

O resultado financeiro líquido no 2T20 ficou em -105,6% abaixo do 2T19 devido aos seguintes fatores:

- I. **Juros e Variações monetárias:** Houve uma queda de -83,5% em relação ao 2T19, devido à redução de -70,1% no saldo médio de endividamento;
- II. **Ganhos/Perdas com operações de derivativos:** Ganho líquido foi 99,7% menor que no 2T19, devido, principalmente, à queda acentuada do IPCA no 2T20 na comparação com o 2T19;
- III. **Rendimentos sobre aplicações:** Houve uma redução do saldo médio de caixa de 17,0%, gerando, consequentemente, menores ganhos com as aplicações financeiras. Além disso, a taxa média do CDI caiu -54,2% no 2T20 na comparação com o 2T19.

2. Investimentos

A Companhia mantém em dia os compromissos contratuais de investimento na Rodovia Presidente Dutra.

Obras iniciadas no segundo trimestre de 2020:

- Não houve novas obras iniciadas no período.

Comentário do Desempenho

Obras em andamento no segundo trimestre de 2020:

- Não houve novas obras em andamento no período.

Obras concluídas no segundo trimestre de 2020:

- ITEM 6.17 – OBRAS ADICIONAIS DE SEGURANÇA:
 - Obras de Segurança – RJ;
- ITEM 6.18 – OBRAS ADICIONAIS DE SEGURANÇA:
 - Obras de Segurança – SP;

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de acidentes [unidade]	2ºT20	2ºT19	Var.%
Total de acidentes	1.118	1.792	-37,61%
Total de vítimas	630	1.020	-38,24%

4. Considerações Finais

As informações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras intermediárias revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Santa Isabel, 13 de agosto de 2020.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de junho de 2020

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Concessionária da rodovia Presidente Dutra S/A (“NovaDutra”), pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rodovia Presidente Dutra, s/nº, km 184,3, pista norte (sentido RJ), Bairro Morro Grande, Santa Isabel/SP, CEP: 07500-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.861.626/0001-92, detém a concessão da Rodovia BR 116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, mediante cobrança de pedágio, por força das disposições do Contrato de Concessão PG-137/95-00, celebrado junto à União Federal, com prazo total de 25 anos, até 28 de fevereiro de 2021, estando sujeita à exclusiva regulação, fiscalização e administração do Governo Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Após encerramento da concessão a Companhia entrará em um processo de dormência até que os assuntos decorrentes do contrato de concessão sejam solucionados.

A NovaDutra, controlada pela CCR S.A., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Chedid Jafet, 222, bloco B, 5º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP: 04551-065, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.846.056/0001-97, assumiu, como principais compromissos decorrentes da concessão, o monitoramento, melhoramento, manutenção, conservação, operação e exploração da rodovia e seus acessos, sendo remunerada pela tarifa de pedágio.

Neste semestre não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

1.1 Efeitos da pandemia do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global, passando a ser considerado pandemia em anúncio feito pela OMS em 11 de março de 2020. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e estão gerando impactos relevantes na Companhia.

A Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação e, até 30 de junho de 2020, verificou o seguinte resultado do levantamento referente ao tráfego das rodovias, na forma de veículos equivalentes:

Veículos Equivalentes					
12/março/2020 a 30/junho/2020			01/janeiro/2020 a 30/junho/2020		
vs			vs		
12/março/2019 a 30/junho/2019			01/janeiro/2019 a 30/junho/2019		
Passeio	Comercial	Total	Passeio	Comercial	Total
-46,7%	-13,8%	-26,1%	-30,5%	-3,3%	-13,9%

Notas Explicativas

A Controladora (CCR S.A.) instalou comitê de crise, conforme divulgado no Fato Relevante de 18 de março de 2020 da Controladora (CCR S.A.), para avaliar o impacto da pandemia sobre a Companhia e sobre as pessoas, e vem tomando as medidas necessárias diante dos eventos que vão se sucedendo. Abaixo demonstramos as principais análises e suas respectivas conclusões para os principais possíveis impactos sobre essas informações semestrais:

Avaliação de continuidade operacional

- Atualmente, revisamos e elaboramos quinzenalmente (semanalmente no início da quarentena) cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Em tais cenários, não se identificou problemas relacionados à liquidez ou à quebra de *covenants* da Companhia.
- O evento da pandemia tem causado elevada volatilidade nos mercados financeiros, inclusive no câmbio, onde foi possível constatar importante depreciação do Real frente ao Dólar norte-americano. A Companhia não possui exposição cambial importante.

Na revisão dos fluxos de caixa foram consideradas as medidas, abaixo elencadas, que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e aumento de liquidez, diante a situação de crise. São elas:

- Contenção de despesas;
- Adoção da MP 936/2020, com o intuito de preservar empregos, reduzindo o salário e carga horária de todo o pessoal de liderança em 25%, pelo prazo de 3 meses, com início em maio de 2020, e suspendendo o contrato de trabalho por período de tempo determinado de parte colaboradores do grupo de liderados.

Avaliação de ativos não financeiros e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Sob o ponto de vista regulatório, a Companhia entende que o seu contrato de concessão está resguardado por cláusulas de proteção contra eventos de força-maior e/ou casos fortuitos.

A Companhia obteve parecer de consultor jurídico independente, corroborando o entendimento dela com relação às proteções do contrato de concessão acima mencionado e sobre o evento da pandemia do COVID-19 ser classificado como evento de força-maior.

Ainda sob o ambiente regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU), emitiu o parecer nº 261/2020, à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, onde conclui pelo direito dos concessionários a terem seus contratos de concessão reequilibrados pela decorrência dos impactos da referida pandemia.

Sendo assim, a Companhia avalia que o contrato será reequilibrado pelos efeitos advindos da pandemia e tal reequilíbrio será suficiente para a recuperação dos ativos não monetários e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Desta forma, não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos, principalmente, relacionado a recuperabilidade do ativo intangível e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos.

Adicionalmente, tendo em vista uma potencial queda significativa de sua geração de resultado a Companhia, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam.

Notas Explicativas

Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles, principalmente:

i. Redução Tarifária

Em 19 de dezembro de 2019, a diretoria da ANTT, em sessão extraordinária, por meio da Deliberação nº 1903, determinou a redução tarifária na rodovia Presidente Dutra, de R\$15,20 para R\$14,40. A Deliberação foi publicada no Diário Oficial em 20 de dezembro de 2019, e entraria em vigor no dia 23 de dezembro de 2019, a partir de 00h00.

Em 20 de dezembro de 2019, a NovaDutra impetrou mandado de segurança (processo nº 1000559-56.2020.4.01.3400) posteriormente distribuído à 4ª Vara Federal de Brasília, contra ato atribuído ao diretor-geral da ANTT, buscando a concessão de liminar para suspender os efeitos da Deliberação. Em 22 de dezembro de 2019, foi proferida decisão liminar, que determinou a suspensão dos efeitos da Deliberação e o afastamento da redução tarifária. Em 05 de fevereiro de 2020, a ANTT prestou informações requerendo a extinção do mandado de segurança em virtude de perda superveniente do objeto, uma vez que o ato impugnado foi revogado posteriormente ao ajuizamento da ação.

ii. Reequilíbrio - Tolerância de Peso

Em 13 de setembro de 2019, a NovaDutra ajuizou ação declaratória (Processo nº 5016911-49.2019.4.03.6100), perante a 5ª Vara Cível Federal de São Paulo, contra a União Federal e a ANTT visando à recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do seu contrato de concessão, em razão de alterações havidas na legislação desde 1999 que majoraram os custos com a manutenção do pavimento.

Em 21 de novembro de 2019, foram apresentadas contestações pela União Federal e pela ANTT. Em 29 de janeiro de 2020, foi proferida decisão no âmbito da referida ação judicial indeferindo a tutela de urgência. Em 21 de fevereiro de 2020, foi protocolizada Réplica pela NovaDutra e petição requerendo a produção de prova. Em 06 de março de 2020, foi interposto agravo de instrumento, nº 5005479-63.2020.4.03.0000, em face desta decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, que aguarda julgamento.

iii. Reequilíbrio - Remuneração de Projetos Executivos

Em 13 de dezembro de 2019, a NovaDutra ajuizou ação declaratória (Processo nº 5026377-67.2019.4.03.6100), perante a 5ª Vara Cível Federal de São Paulo, contra a União Federal e a ANTT visando ao reequilíbrio parcial do contrato de concessão (PG-137/95-00), para afastar suposta ilegalidade enfrentada desde a edição, pela ANTT, da Portaria n.º 161/17, que autorizou a antecipação de 50% da remuneração devida com os custos de elaboração dos projetos executivos pendentes de aprovação pela ANTT.

Em 07 de fevereiro de 2020, foi proferida decisão no âmbito da referida ação judicial, deferindo pedido de tutela antecipada (apresentado em 06 de fevereiro de 2020), suspendendo a eficácia da Deliberação nº 1.093, cujos termos foram ratificados pela Deliberação nº 74, 04 de fevereiro de 2020, da ANTT, que havia determinado a redução em 5,26% da tarifa básica de pedágio de todas as praças compreendidas na BR-116/RJ/SP, objeto de Contrato de Concessão n.º PG-137/95-00 celebrado entre a União e a NovaDutra, a partir das 0h00 do dia 08 de fevereiro de 2020.

Notas Explicativas

Contra a decisão que deferiu o pedido de tutela, as partes interpuseram recurso de agravo de instrumento, o qual foi distribuído para a 3ª Turma do TRF3 com o nº 5013536-70.2020.4.03.0000, e está sob a relatoria do Des. Nelson dos Santos, aguardando julgamento.

Em primeira instância, os autos permanecem na fase de instrução.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

2. Principais práticas contábeis

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

3. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 13 de agosto de 2020, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas ITRs.

4. Determinação dos valores justos

Neste semestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste semestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros, exceto com relação às medidas relatadas na nota explicativa nº 1.1 - Efeitos da pandemia do COVID-19.

Notas Explicativas**6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e bancos	5.849	17.531
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u>5.849</u>	<u>17.531</u>

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	181.702	79.211
Total - Aplicações financeiras	<u>181.702</u>	<u>79.211</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, à taxa média de 97,74% do CDI, equivalente a 3,56% ao ano (98,23% do CDI, equivalente a 5,84% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2019).

7. Contas a receber

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	1.353	1.458
Pedágio eletrônico (b)	66.434	81.971
	<u>67.787</u>	<u>83.429</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(69)	(428)
	<u>67.718</u>	<u>83.001</u>

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Créditos a vencer	67.492	82.879
Créditos vencidos até 60 dias	221	113
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	5	9
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	37	36
Créditos vencidos há mais de 180 dias	32	392
	<u>67.787</u>	<u>83.429</u>

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão;

(b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e

(c) A Provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
(Prejuízo)/Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(53.996)	4.386	75.771	153.979
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	18.359	(1.491)	(25.762)	(52.353)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas indedutíveis	(64)	(163)	(56)	(409)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(181)	(338)	44	2
Incentivo relativo ao imposto de renda	(27)	-	27	50
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(2.076)	(2.076)	-	-
Outros ajustes tributários	(6)	-	425	428
Despesa de imposto de renda e contribuição social	16.005	(4.068)	(25.322)	(52.282)
Impostos correntes	10.355	-	(24.469)	(43.512)
Impostos diferidos	5.650	(4.068)	(853)	(8.770)
	16.005	(4.068)	(25.322)	(52.282)
Alíquota efetiva de impostos	29,64%	92,75%	33,42%	33,95%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	31/12/2019	Reconhecido no resultado	30/06/2020		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.149	(860)	289	289	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	153	(122)	31	31	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	1.314	5.396	6.710	6.710	-
Resultado de operações com derivativos	(11.128)	5.370	(5.758)	-	(5.758)
Provisão de manutenção	22.937	(9.384)	13.553	13.553	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(17.388)	4.752	(12.636)	32.514	(45.150)
Provisão de desmobilização de pessoal	-	556	556	556	-
Provisão de ISS	15.174	(9.859)	5.315	5.315	-
Outros	230	83	313	313	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	12.441	(4.068)	8.373	59.281	(50.908)
Compensação de imposto	-	-	-	(50.908)	50.908
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	12.441	(4.068)	8.373	8.373	-

	31/12/2018	Reconhecido no resultado	30/06/2019		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	793	(152)	641	641	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	129	12	141	141	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	4.425	(2.349)	2.076	2.076	-
Resultado de operações com derivativos	(17.949)	2.373	(15.576)	-	(15.576)
Provisão de manutenção	86.247	(14.149)	72.098	72.098	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(25.937)	3.898	(22.039)	31.781	(53.820)
Outros	355	1.597	1.952	1.952	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	48.063	(8.770)	39.293	108.689	(69.396)
Compensação de imposto	-	-	-	(69.396)	69.396
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	48.063	(8.770)	39.293	39.293	-

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição), composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

Notas Explicativas

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro 2019, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações			Saldos	
	01/01/2020 a 30/06/2020			30/06/2020	
	Despesas / custos com serviços prestados	Imobilizado/ Intangível	Receitas brutas	Ativo Contas a Receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora					
CCR	11.029 (a)	-	-	-	1.725 (a)
Outras partes relacionadas					
CPC	9.742 (b)	-	-	-	1.524 (b)
Serveng - Cilvilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia	-	513 (c)	-	-	535 (c)
Samm	323 (h)	-	811 (e)	420 (e)	54 (h)
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	238.154 (d)	-	-	10 (i)	42.975 (d)
Total	259.248	513	811	430	46.813

	Transações					
	01/04/2020 a 30/06/2020		01/04/2019 a 30/06/2019			
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas brutas	Despesas / custos com serviços prestados	Imobilizado/ Intangível	Receitas brutas	Despesas financeiras
Controladora						
CCR S.A.	5.515 (a)	-	5.340 (a)	-	-	238 (g)
Outras partes relacionadas						
CPC	4.871 (b)	-	5.972 (b)	-	-	-
Serveng - Cilvilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia	-	-	-	6.514 (c)	-	-
Samm	162 (h)	428 (e)	154 (h)	-	374 (e)	-
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	130.073 (d)	-	94.540 (d)	-	-	-
Total	140.621	428	106.006	6.514	374	238

	Transações				Saldos	
	01/01/2019 a 30/06/2019				31/12/2019	
	Despesas / custos com serviços prestados	Imobilizado/ Intangível	Receitas brutas	Despesas financeiras	Ativo Contas a Receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora						
CCR	10.679 (a)	-	-	473 (g)	-	1.670 (a)
Outras partes relacionadas						
CPC	11.944 (b)	-	-	-	-	1.869 (b)
Serveng - Cilvilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia	-	13.581 (c)	-	-	-	924 (c)
Samm	308 (h)	-	731 (e)	-	536 (e)	-
Companhia Operadora de Rodovia	-	-	-	-	3 (f)	4 (f)
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	186.616 (d)	-	-	-	10 (i)	35.702 (d)
Total	209.547	13.581	731	473	549	40.169

Despesas com profissionais chave da administração

	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Remuneração: (j)				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	141	331	374	731
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	184	367	170	340
Complemento/(Reversão) de PPR do ano anterior pago no ano	531	531	(781)	(781)
Previdência privada	7	15	-	-
Seguro de vida	-	1	-	1
	863	1.245	(237)	291

Notas Explicativas**Saldos a pagar aos profissionais chave da administração**

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Remuneração dos administradores (j)	415	787

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 07 de abril de 2020, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 4.300, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação de serviços de assessoria e gerenciamento de engenharia, processo de seleção e contratação de terceiros necessários a execução das obras executados pela CPC – Divisão Engelog e contrato de prestação de serviços de informática e manutenção executados pela CPC - Divisão EngelogTec, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Prestação de serviços por empreitada a preço global de obra de restauração de pavimento em trechos, trevos e acessos, distribuídos em vários trechos da Rodovia Presidente Dutra, com vigência de 23 de janeiro de 2014 a 21 de julho de 2017. Em 06 de junho de 2017, foi assinado novo contrato de prestação de serviços com o mesmo objeto, porém para novos trechos da rodovia, com vigência de 06 de junho de 2017 a 02 de dezembro de 2020;
- (d) Serviços de recuperação, melhoramento, conservação, manutenção, monitoramento e operação da Rodovia Presidente Dutra, com vigência até fevereiro de 2021;
- (e) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGPM;
- (f) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (g) Refere-se a cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do RodoAnel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da MP nº 651/14, convertida para Lei 13.043/2014. Os juros, de 105% do CDI, foram pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação que ocorreu em 28 de outubro de 2019, quando foi efetuado o pagamento do principal. Em 03 de maio de 2017, o RodoAnel Oeste vendeu os recebíveis para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% do CDI;
- (h) Prestação de serviços de transmissão de dados;
- (i) Indenizações devidas em decorrência de danos morais e/ou patrimoniais causados aos usuários da rodovia pagos pela Companhia mais de responsabilidade do Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra; e
- (j) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

Notas Explicativas

10. Ativo imobilizado

		31/12/2019	30/06/2020			
	Taxa média anual de depreciação %			Transferências		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	(a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		4.565	-	(53)	45	4.557
Máquinas e equipamentos		90.841	-	(26)	1.389	92.204
Veículos		33.173	-	(115)	26	33.084
Terrenos		2.074	-	-	-	2.074
Equipamentos operacionais		75.941	-	(82)	445	76.304
Imobilizações em andamento		2.349	4.872	-	(1.462)	5.759
Total custo		208.943	4.872	(276)	443	213.982
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	14	(4.068)	(261)	49	(43)	(4.323)
Máquinas e equipamentos	46	(71.874)	(8.972)	26	118	(80.702)
Veículos	45	(28.009)	(2.352)	115	-	(30.246)
Equipamentos operacionais	39	(70.215)	(3.045)	82	(75)	(73.253)
Total de preciação		(174.166)	(14.630)	272	-	(188.524)
Total geral		34.777	(9.758)	(4)	443	25.458

		31/12/2018	31/12/2019				
Taxa média anual de depreciação %		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		4.545	-	-	20	-	4.565
Máquinas e equipamentos		58.289	-	(90)	32.642	-	90.841
Veículos		35.630	-	(4.943)	2.487	(1)	33.173
Terrenos		2.074	-	-	-	-	2.074
Equipamentos operacionais		90.612	-	(72)	(14.599)	-	75.941
Imobilizações em andamento		18.271	6.884	-	(22.639)	(167)	2.349
Total custo		209.421	6.884	(5.105)	(2.089)	(168)	208.943
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	14	(3.729)	(339)	-	-	-	(4.068)
Máquinas e equipamentos	44	(42.528)	(12.794)	83	(16.635)	-	(71.874)
Veículos	43	(27.812)	(4.993)	4.793	3	-	(28.009)
Equipamentos operacionais	40	(76.830)	(10.053)	59	16.609	-	(70.215)
Total depreciação		(150.899)	(28.179)	4.935	(23)	-	(174.166)
Total geral		58.522	(21.295)	(170)	(2.112)	(168)	34.777

(a) Reclassificações do intangível para o ativo imobilizado.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 82 no semestre findo em 30 de junho de 2020 (R\$ 643 no semestre findo em 30 de junho de 2019). A taxa média de capitalização nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, foi de 0,22% a.m. e de 0,29% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

11. Intangível e intangível em construção

		31/12/2019	30/06/2020			
	Taxa média anual de amortização %		Transferências			
		Saldo inicial	Adições	(a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		2.738.330	-	43.809	(60)	2.782.079
Direitos de uso de sistemas informatizados		21.649	-	623	-	22.272
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		1.289	245	(1.066)	-	468
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		6.184	-	-	-	6.184
Intangível		2.767.452	245	43.366	(60)	2.811.003
Intangível em construção		94.514	3.980	(43.809)	-	54.685
Total custo		2.861.966	4.225	(443)	(60)	2.865.688
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(c)	(2.267.994)	(213.941)	-	-	(2.481.935)
Direitos de uso de sistemas informatizados	51	(18.159)	(1.617)	-	-	(19.776)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		(6.184)	-	-	-	(6.184)
Total amortização		(2.292.337)	(215.558)	-	-	(2.507.895)
Total geral		569.629	(211.333)	(443)	(60)	357.793

Notas Explicativas

Taxa média anual de amortização %	31/12/2018	31/12/2019				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (d)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	2.697.585	-	-	43.341	(2.596)	2.738.330
Direitos de uso de sistemas informatizados	20.318	-	(37)	1.368	-	21.649
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	-	541	-	748	-	1.289
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	6.184	-	-	-	-	6.184
Intangível	2.724.087	541	(37)	45.457	(2.596)	2.767.452
Intangível em construção	82.898	55.130	-	(43.368)	(146)	94.514
Total custo	2.806.985	55.671	(37)	2.089	(2.742)	2.861.966
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (c)	(1.888.959)	(380.059)	-	23	1.001	(2.267.994)
Direitos de uso de sistemas informatizados 47	(15.448)	(2.711)	-	-	-	(18.159)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(6.184)	-	-	-	-	(6.184)
Total amortização	(1.910.591)	(382.770)	-	23	1.001	(2.292.337)
Total geral	896.394	(327.099)	(37)	2.112	(1.741)	569.629

- (a) Reclassificações do intangível para o ativo imobilizado;
 (b) Baixa de caução;
 (c) Amortização pela curva de benefício econômico; e
 (d) Do total de R\$ 1.741, R\$ 499 refere-se a baixa de ativos contratados em anos anteriores, com valor diferente do valor de mercado.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.485 no semestre findo em 30 de junho de 2020 (R\$ 3.101 no semestre findo em 30 de junho de 2019). A taxa média de capitalização nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 foi de 0,22% a.m. e de 0,29% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

12. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento Final	30/06/2020	31/12/2019
4ª Emissão - Série única (a)	IPCA+6,4035% a.a.	N/I	Agosto de 2020	87.515	178.081 (b) (c) (d)
				30/06/2020	31/12/2019
Circulante					
Debêntures				87.515	178.081

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 18.

Garantias:

- (b) Garantia real.
 (c) Alienação fiduciária de ações.
 (d) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios.

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação.

Para maiores detalhes sobre as debêntures, vide nota explicativa nº 12 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas

13. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciários e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2019	30/06/2020				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	2.898	6.259	(1.092)	(3.877)	163	4.351
Trabalhistas e previdenciários	555	1.063	(193)	(466)	34	993
Tributários	413	13.770	-	-	209	14.392
	<u>3.866</u>	<u>21.092</u>	<u>(1.285)</u>	<u>(4.343)</u>	<u>406</u>	<u>19.736</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e previdenciários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	30/06/2020	31/12/2019
Cíveis e administrativos	13.804	15.950
Trabalhistas e previdenciários	1.633	1.292
	<u>15.437</u>	<u>17.242</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de junho de 2020 é de R\$ 33.563 (R\$ 32.902 em 31 de dezembro de 2019).

14. Provisão de manutenção

	31/12/2019	30/06/2020				
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	61.219	5.442	1.653	(34.806)	6.365	39.873
Não circulante	6.245	87	33	-	(6.365)	-
	<u>67.464</u>	<u>5.529</u>	<u>1.686</u>	<u>(34.806)</u>	<u>-</u>	<u>39.873</u>

A taxa utilizada no cálculo do valor presente é de 6,60% a.a. para todos os períodos apresentados.

Notas Explicativas

15. Patrimônio Líquido

a. Capital social

Em 27 de abril de 2020, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia realizado nesta mesma data, no valor de R\$ 11.008, sendo R\$ 10.525 mediante a capitalização do saldo da “Reserva Legal” e R\$ 483 referente a capitalização de parte do saldo dos “Dividendos Adicionais Propostos”, passando o capital social da Companhia de R\$ 421.692 para R\$ 432.700.

b. Dividendos

Em 20 de abril de 2020, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, o pagamento de dividendos no valor de R\$ 36.428, correspondentes a R\$ 0,28289685337 por ação, à conta de parte do saldo dos “Dividendos Adicionais Propostos” nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019. Os dividendos foram pagos em 23 de abril de 2020.

c. Lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Numerador				
(Prejuízo)/Lucro líquido	(37.991)	925	1.612	2.048
Denominador				
Média ponderada de ações - ordinárias e preferenciais (em milhares)	128.766.186	128.766.186	128.766.186	128.766.186
(Prejuízo)/Lucro por ação ordinária - básico e diluído	(0,29357)	0,00246	0,38984	0,78585
(Prejuízo)/Lucro por ação preferencial - básico e diluído (a)	(0,29651)	0,00248	0,39374	0,79371

(a) Para as ações preferenciais da Companhia é assegurado o recebimento de dividendos, em 1% maior que às ações ordinárias.

16. Receitas operacionais

	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Receitas de pedágio	245.752	587.535	342.383	683.977
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	1.399	2.525	15.906	35.379
Receitas acessórias	6.014	12.726	6.914	13.910
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	428	811	374	731
Receita bruta	253.593	603.597	365.577	733.997
Impostos sobre receitas	(21.886)	(52.182)	(30.369)	(60.724)
Devoluções e abatimentos	(31)	(78)	(84)	(154)
Deduções das receitas brutas	(21.917)	(52.260)	(30.453)	(60.878)
Receita operacional líquida	231.676	551.337	335.124	673.119

Notas Explicativas

17. Resultado financeiro

	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Despesas Financeiras				
Juros sobre debêntures	(1.514)	(4.235)	(4.955)	(11.092)
Variação monetária sobre debêntures	-	(3.058)	(3.980)	(7.945)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(718)	(1.686)	(3.996)	(8.462)
Perda com operações de derivativos	(595)	(6.287)	(3.500)	(46.751)
Capitalização de custos dos empréstimos	82	1.567	1.937	3.744
Valor justo sobre debêntures (<i>fair value hedge</i>)	(1.113)	(1.113)	-	(17.108)
Juros sobre cessão onerosa com partes relacionadas	-	-	(238)	(473)
Juros e multa sobre ISS	-	(8.727)	-	(2.787)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	123	(1.169)	(322)	(679)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	-	(5)	-	-
	<u>(3.735)</u>	<u>(24.713)</u>	<u>(15.054)</u>	<u>(91.553)</u>
Receitas Financeiras				
Variação monetária sobre debêntures	861	1.387	282	282
Ganho com operações de derivativos	1.225	5.222	4.509	52.199
Valor justo sobre debêntures (<i>fair value hedge</i>)	496	6.036	3.453	21.001
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.062	2.454	2.561	4.887
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	-	2	-	9
Juros e outras receitas financeiras	323	950	81	168
	<u>3.967</u>	<u>16.051</u>	<u>10.886</u>	<u>78.546</u>
Resultado financeiro líquido	<u>232</u>	<u>(8.662)</u>	<u>(4.168)</u>	<u>(13.007)</u>

18. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras intermediárias, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	30/06/2020			31/12/2019		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	5.849	-	-	17.531	-	-
Aplicações financeiras	181.702	-	-	79.211	-	-
Contas a receber	-	67.718	-	-	83.001	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	430	-	-	549	-
Contas a receber - operações com derivativos	17.962	-	-	38.656	-	-
Passivos						
Debêntures (a)	(87.515)	-	-	(178.081)	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(12.589)	-	-	(63.788)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(46.813)	-	-	(40.169)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(3.039)	-	-	(1.520)
	<u>117.998</u>	<u>68.148</u>	<u>(62.441)</u>	<u>(42.683)</u>	<u>83.550</u>	<u>(105.477)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Notas Explicativas

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** – Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da conta do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores – partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Contas a receber com derivativos** – Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- **Obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*)** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado.
Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 86.484 (R\$ 172.126 em 31 de dezembro de 2019), conforme detalhado a seguir:

Série	Taxa contratual	Taxa contratual - Swap	Custo amortizado (a)
4a Emissão - Série única	IPCA+ 6,4035% a.a.	100,1% até 101,2% do CDI	86.484

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 12.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	30/06/2020	31/12/2019
Nível 2:		
Aplicações financeiras	181.702	79.211
Derivativos a receber	17.962	38.656
Debêntures	(87.515)	(178.081)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Notas Explicativas

- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações nas taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 4ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valor de referência (Nocional) (1)		Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado	
					Moeda local		Moeda local		Moeda local Recebidos/(Pagos)		Valores a receber/ (recebidos)		(Perda)/Ganho em resultado	
					30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	30/06/2019
					SWAP									
Posição ativa	Bradesco	12/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a.	310.019	310.019	43.774	89.073	9.806	8.107	9.118	19.459	(535)	2.730
Posição passiva				101,20% do CDI			(34.656)	(69.614)						
Posição ativa	Votorantim	16/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a.	310.019	310.019	43.497	88.789	9.823	8.154	8.844	19.197	(530)	2.718
Posição passiva				100,10% do CDI			(34.653)	(69.592)						
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/06/2020					620.038	620.038	17.962	38.656	19.629	16.261	17.962	38.656	(1.065)	5.448
TOTAL DAS OPERAÇÕES CIRCULANTE											17.962	38.656		

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente; e

(2) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários nos meses de abril e outubro de cada ano, até o vencimento final.

Notas Explicativas

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	30/06/2020	30/06/2019
Riscos de juros	(1.065)	5.448
Total	(1.065)	5.448

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2021 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25 %	Cenário B 50 %
Debêntures - 4ª Emissão	IPC-A ⁽³⁾	Agosto de 2020	86.484	(938)	(997)	(1.056)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	IPC-A ⁽³⁾	Agosto de 2020	(86.242)	965	1.025	1.085
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	CDI ⁽²⁾	Agosto de 2020	69.308	(201)	(250)	(300)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁴⁾	CDI ⁽²⁾		147.251	3.102	3.877	4.652
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁴⁾	CDI ⁽²⁾		34.451	666	832	997
Total do efeito de ganho ou (perda)				3.594	4.487	5.378
Efeito sobre debêntures				(174)	(222)	(271)
Efeito sobre as aplicações financeiras				3.768	4.709	5.649
Total do efeito de ganho / (perda)				3.594	4.487	5.378
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :						
	CDI ⁽²⁾			2,15%	2,69%	3,23%
	IPC-A ⁽³⁾			2,13%	2,66%	3,20%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se à taxa de 30/06/2020, divulgada pela B3;

(3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;

Notas Explicativas

- (4) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e IRRF; e
- (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA).

19. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 30 de junho de 2020 esses compromissos estavam estimados em R\$ 122.976 (R\$ 177.841 em 31 de dezembro de 2019).

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

20. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	30/06/2020	30/06/2019
Fornecedores	(60)	-
Fornecedores - partes relacionadas	-	873
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(60)	873
Adições ao intangível	-	(873)
Outros de intangível	60	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	60	(873)

- b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	Debêntures	Operações com derivativos	Dividendo Adicional Proposto	Total
Saldo Inicial	(178.081)	38.656	(43.120)	(182.545)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Pagamentos de principal e juros	91.549	-	-	91.549
Dividendos pagos	-	-	36.428	36.428
Recebimento de operações com derivativos	-	(19.629)	-	(19.629)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	91.549	(19.629)	36.428	108.348
Outras variações				
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(5.906)	-	-	(5.906)
Resultado das operações com derivativos a valor justo	4.923	(1.065)	-	3.858
Integralização de capital	-	-	483	483
Outras variações que não afetam caixa	-	-	-	-
Total das outras variações	(983)	(1.065)	483	(1.565)
Saldo Final	(87.515)	17.962	(6.209)	(75.762)

Notas Explicativas

21. Eventos subsequentes

Coronavírus

Conforme Comunicados ao Mercado divulgados semanalmente pela controladora CCR S.A., verificou-se no período de 1º de julho a 06 de agosto de 2020, e no período de 1º de janeiro a 06 de agosto de 2020, em comparação com mesmos períodos do ano anterior, os seguintes efeitos na demanda:

Veículos Equivalentes					
01/Julho/2020 a 06/Agosto/2020 vs 01/Julho/2019 a 06/Agosto/2019			01/Janeiro/2020 a 06/Agosto/2020 vs 01/Janeiro/2019 a 06/Agosto/2019		
Passeio	Comercial	Total	Passeio	Comercial	Total
-28,3%	-0,5%	-10,8%	-30,1%	-2,8%	-13,4%

Receita líquida de receita de construção

	01/07/2020 a 31/07/2020	01/07/2019 a 31/07/2019	% Var.
Receita líquida de receita de construção	102.838	116.946	-12%

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.
Santa Isabel - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Chamamos a atenção para nota explicativa nº1 às informações contábeis intermediárias, que descreve que o contrato detido, pela Companhia, de concessão de exploração da Rodovia Presidente Dutra por 25 anos, tem vigência até 28 de fevereiro de 2021 e após o seu encerramento a Companhia entrará em um processo de dormência. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2020.

Santa Isabel/SP, 13 de agosto de 2020.

CARLA HENRIQUES SILVA FORNASARO
DIRETORA PRESIDENTE E DIRETORA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

GUILHERME MOTTA GOMES
DIRETOR OPERACIONAL

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2020.

Santa Isabel/SP, 13 de agosto de 2020.

CARLA HENRIQUES SILVA FORNASARO
DIRETORA PRESIDENTE E DIRETORA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

GUILHERME MOTTA GOMES
DIRETOR OPERACIONAL